

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 439



# Renda e Pobreza: Os Impactos do Plano Real\*

Sonia Rocha\*\*

330.908  
159  
TDI 439

Rio de Janeiro, dezembro de 1996

---

\* A autora agradece a Marcia Quintslr, chefe do Desip/IBGE, pela presteza com que providenciou os dados detalhados de preços para as datas de referência deste estudo; a Marcio Duarte Lopes pela competente programação; e a Sabine Barbara Pabst pelo cuidadoso tratamento das informações.

Alerta ao leitor: Este texto apresenta algumas divergências em relação ao texto homônimo que teve cópias distribuídas informalmente. O presente texto é a versão revista e corrigida.

\*\* Da Diretoria de Pesquisa do IPEA.

---

# **ipea** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O IPEA é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

**Presidente**  
Fernando Rezende

#### **DIRETORIA**

Claudio Monteiro Considera  
Luís Fernando Tironi  
Gustavo Maia Gomes  
Mariano de Matos Macedo  
Luiz Antonio de Souza Cordeiro  
Murilo Lôbo

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA C D E
N.º 22106-6
DATA 4 / 9 / 98

*Ex. substituído*

**TEXTO PARA DISCUSSÃO** tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

Tiragem: 350 exemplares

#### **SERVIÇO EDITORIAL**

##### **Rio de Janeiro - RJ:**

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 — 14º andar - CEP 20020-010  
Tel.: (021) 220-5533 - Fax: (021) 240-1920

##### **Brasília - DF:**

SBS. Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES — 10º andar - CEP 70076-900  
Telefax: (061) 315-5314

---

---

# SUMÁRIO

---

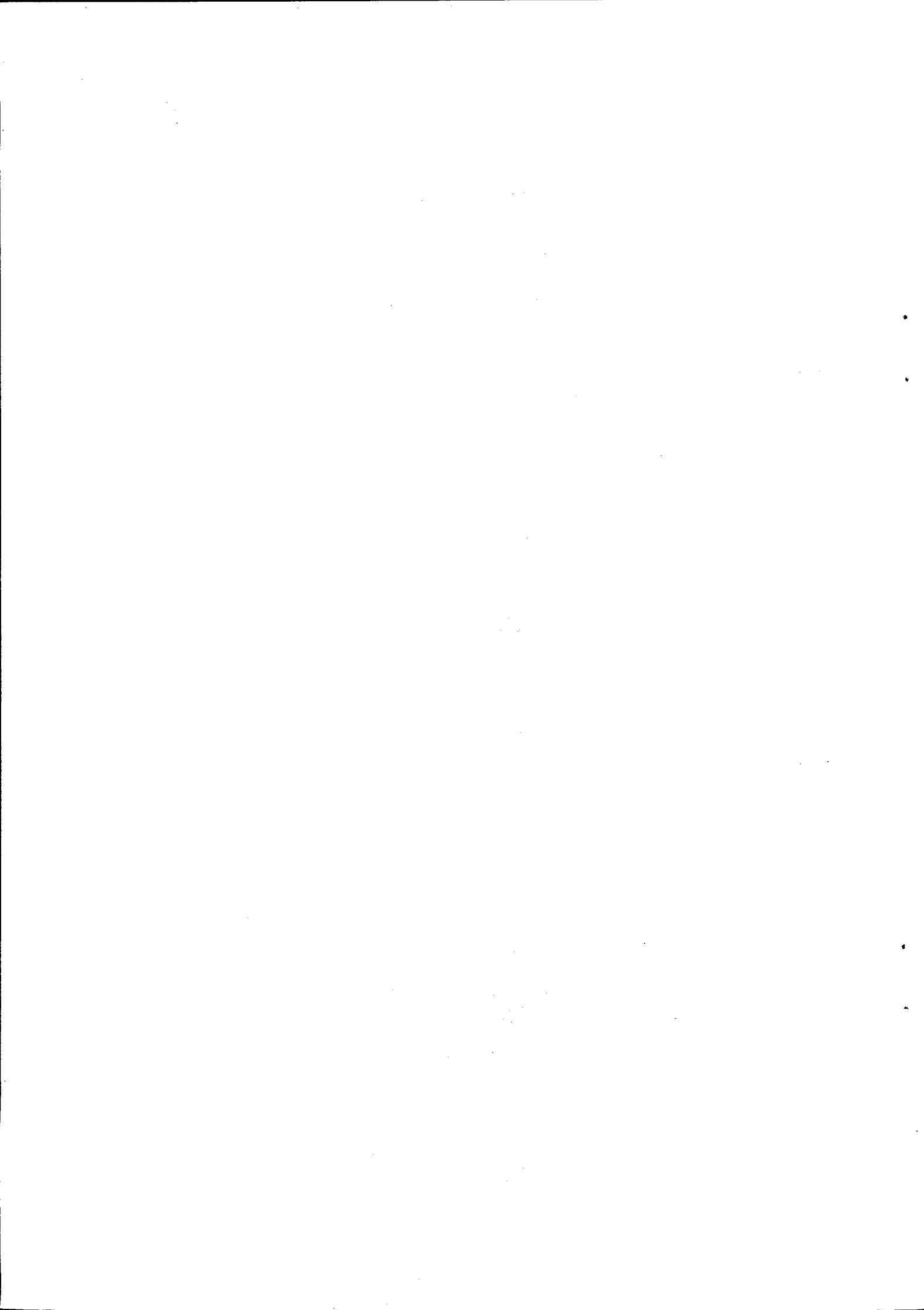


RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO .....	9
1- ASPECTOS METODOLÓGICOS E REQUISITOS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS .....	10
1.1 - Pobreza, Renda e <b>Basic Needs</b> .....	10
1.2 - Requisitos de Informações Estatísticas para a Derivação de Linhas de Pobreza .....	13
2 - A INCIDÊNCIA DE POBREZA NO PERÍODO PÓS-REAL .....	15
2.1 - A Variável Rendimento nas Pesquisas Domiciliares .....	15
2.2 - A Evolução da Pobreza na Vigência do Plano Real .....	18
3 - CONCLUSÕES .....	24
ANEXO .....	27
BIBLIOGRAFIA .....	28

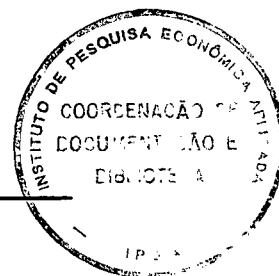
---



---

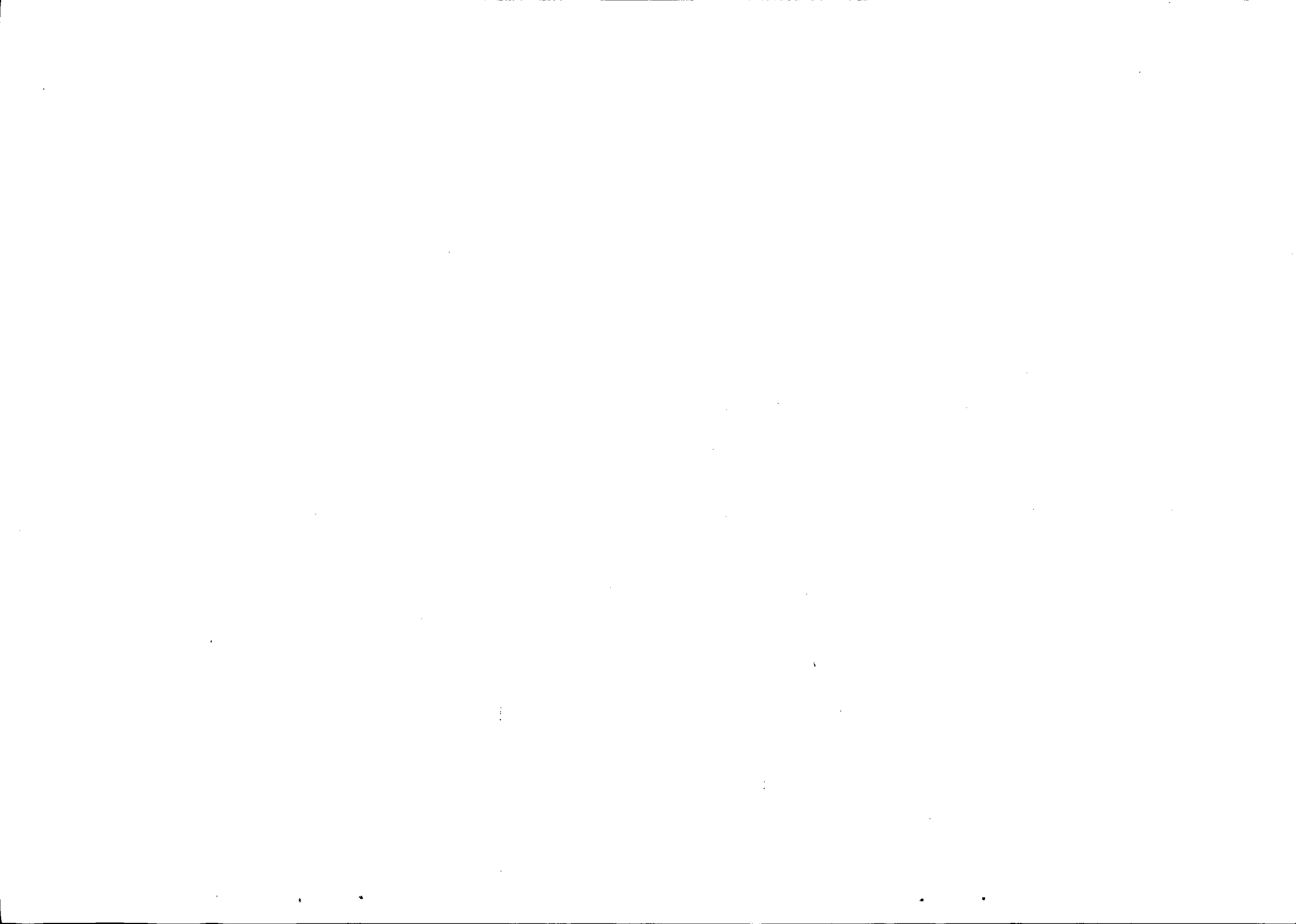
# ABSTRACT

---



The Real Plan success in taming inflation arose the interest in its effect on absolute poverty, that is, on the population whose per capita household income is situated below the estimated minimum for meeting basic needs. Considering the restriction on the availability of household income data for the period after 1993, our choice was to use micro-data from the Employment Monthly Survey (PME/IBGE) as basic source. For this reason the first section discusses methodological questions related to deriving poverty indicators from the PME and from the Annual Household Survey (PNAD/IBGE) for 1990. Then, for the Real Plan period and using PME data only, poverty indicators were obtained for four different months and for the six metropolitan regions investigated in the survey. Despite differences among the metropolises in what concerns poverty incidence levels and the evolution of poverty, there is evidence of a consistent reduction in the proportions of poor and some increase of the income gap ratios. Nevertheless, the indicator which encompasses the three aspects of poverty shows an unequivocal improvement during the period.

---



---

## RESUMO

---

Os resultados bem-sucedidos do Plano Real no controle da inflação suscitam o interesse em relação aos seus efeitos sobre a pobreza absoluta, isto é, sobre a subpopulação cujo rendimento familiar **per capita** se situa aquém do mínimo indispensável para atendimento das necessidades básicas no âmbito do consumo privado. Dadas as restrições quanto à disponibilidade de informações estatísticas adequadas para análise dessa questão no período após julho de 1994, optou-se por recorrer à Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) como fonte de microdados. Por esta razão, a primeira seção discute a questão metodológica, tendo por base indicadores de pobreza obtidos a partir da PME e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) para uma mesma data de referência em 1990. Para o período pós-Real e utilizando apenas a PME, foi examinada a evolução dos indicadores de pobreza para quatro datas nas seis regiões metropolitanas. Apesar de situações locais diferenciadas em termos de incidência de pobreza absoluta e de progressos realizados no período, observa-se a consistente redução da proporção de pobres, tendo como contrapartida o agravamento da intensidade de pobreza medida pelo hiato da renda. No entanto, o indicador sintético, considerando simultaneamente os três aspectos da pobreza, revela que houve melhora inequívoca no período.

---





## INTRODUÇÃO

Os resultados bem-sucedidos do Plano Real no controle da inflação são indisputáveis. Após um período de vigência de quase dois anos, de que os planos de estabilização anteriores nem de longe conseguiram se aproximar, a taxa de inflação permanece baixa. Existe consenso entre especialistas de que esta taxa deve continuar declinante, garantindo para 1996 uma inflação em torno de 15% a.a., representando, portanto, uma significativa e segura redução em relação àquela de cerca de 22% verificada em 1995.<sup>1</sup> Reconhecidamente, muitos ajustes estão ainda por ser feitos para garantir a continuidade do processo, mas já estariam sendo gerados dividendos sociais inequívocos em função da melhoria do perfil distributivo após o plano de estabilização [Neri e Barros (1996)]. Os bons resultados obtidos suscitam o interesse em relação aos efeitos do plano sobre a pobreza absoluta, isto é, sobre a subpopulação cujo rendimento **per capita** se situa aquém do mínimo indispensável para atendimento das necessidades básicas no âmbito do consumo privado. Na verdade, a questão da pobreza absoluta, sua persistência e a necessidade de conceber mecanismos para reduzi-la têm sido, junto com a estabilização, tema central de interesse da sociedade brasileira na década de 90.

Se bem que o controle da inflação e medidas de política econômica que vêm sendo adotadas em função do Plano Real alterem, necessariamente, as condições de operação do sistema produtivo, com implicações sobre o emprego e a renda, seria simplório minimizar a importância de tendências evolutivas já claramente esboçadas desde os anos 80. A esse respeito, já se verificava o *descolamento* entre aumento da produção e o crescimento do emprego na indústria desde a retomada de 1988. Apesar de a taxa de investimento ter permanecido baixa naquele período, o que estaria associado ao ambiente de incerteza econômica, para o qual a inflação alta contribuía de maneira decisiva, havia evidências inequívocas de reestruturação produtiva, terceirização e redução do emprego industrial. Nos serviços modernos, como o setor financeiro, também ocorria desde meados da década de 80 liberação de mão-de-obra, neste caso associada não somente à reestruturação administrativa das empresas, mas também à informatização. A tendência geral de crescente informalização do mercado de trabalho já era evidente há mais tempo, vinculada aos ciclos de curto prazo e à baixa taxa de investimento. Desse modo, a perda de postos de trabalho nos setores mais modernos e dinâmicos, assim como o aumento do contingente de trabalhadores informais não são, definitivamente, fatos novos resultantes do Plano Real, como parecem sugerir muitos dos comentários sobre o assunto.

Embora não se trate de fatos novos, não é menor o interesse em conhecer sua evolução após julho de 1994. Ao considerar como se comportam os índices de pobreza no período mais recente, não se trata de examinar o comportamento do emprego, do salário ou de qualquer outra variável **per se**. Ao contrário, busca-se

---

<sup>1</sup> Variação do INPC.

uma evidência de resultado dos diferentes fatores intervenientes sobre o rendimento das famílias e sobre a incidência de pobreza absoluta.

Com o objetivo de examinar essas questões, o presente texto se divide em duas partes, além desta introdução. Na primeira, trata-se essencialmente de questões associadas à mensuração de pobreza, destacando-se os aspectos vinculados aos requisitos em termos de informações estatísticas, para a adoção de diferentes possibilidades metodológicas. Na segunda parte, tomando-se por base uma abordagem que adota linhas de pobreza local e temporalmente específicas, analisa-se a evolução de índices de pobreza obtidos, com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), para quatro datas de referência posteriores à implantação do Plano Real. Uma breve conclusão sintetiza as evidências empíricas quanto à evolução recente da incidência de pobreza absoluta nas seis metrópoles objetos do estudo.

## 1 - ASPECTOS METODOLÓGICOS E REQUISITOS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

### 1.1 - Pobreza, Renda e Basic Needs

Pobreza é um fenômeno complexo, para o qual não existe uma definição inequívoca, estando associada à ocorrência de carências relativas aos diferentes aspectos da condição de vida dos indivíduos. Nas sociedades modernas, desde os estudos pioneiros de Rowntree no início do século,<sup>2</sup> a forma mais freqüente de determinar quem é pobre consiste em comparar a renda de que dispõe ao valor mínimo necessário para operar adequadamente naquela sociedade — a chamada linha de pobreza.<sup>3</sup> Nos anos 70, popularizou-se a abordagem analítica de **basic needs** [ILO (1977)], que, ao recorrer a indicadores físicos de resultado, como taxa de mortalidade, tinha algumas vantagens em relação aos procedimentos anteriores que se baseavam na renda como **proxy** de bem-estar. Assim, ao evitar problemas de estabelecimento de equivalência de poder de compra e de diferenças nas preferências dos indivíduos devido a especificidades culturais, a abordagem dos **basic needs** era mais adequada quando se tratava de realizar comparações entre países e monitorar os progressos no atendimento das necessidades básicas ao longo do tempo num contexto internacional. No entanto, tratava-se mais de exprimir objetivos e medir resultados no que concerne às condições de vida para a sociedade como um todo do que de delimitar uma subpopulação pobre preferencialmente. Em estudos nacionais sobre pobreza, o critério da renda manteve a sua primazia, evoluindo paulatinamente no sentido de uma especificação mais cuidadosa das linhas de pobreza com base em preferências

---

<sup>2</sup> O primeiro estudo empírico sobre pobreza utilizando a renda como critério básico foi o de Rowntree (1901).

<sup>3</sup> A linha de indigência, com valor necessariamente mais baixo que o da linha de pobreza, está associada ao rendimento necessário para atender apenas às necessidades alimentares.

reveladas, derivadas de pesquisas de orçamentos familiares [Orshansky (1965)<sup>4</sup> e Altimir (1979)], e da utilização de critérios de renda e de indicadores sociais de forma combinada, de modo a derivar o perfil dos pobres [Indec (1984) e Boateng et alii (1988)].

No Brasil, os estudos que utilizam a abordagem da renda se dividem em duas grandes categorias. Aqueles em que a linha de pobreza é definida em função do salário mínimo e os em que seu valor pretende refletir o custo de vida efetivo ao qual fazem face às populações de baixa renda. Em ambas as categorias é consensualmente aceito que a variável de renda mais adequada para confronto com a linha de pobreza é a renda familiar **per capita**, que leva em consideração todos os rendimentos das pessoas do núcleo familiar, o número de pessoas e o papel da família como unidade solidária de consumo e rendimento.

Os estudos do primeiro grupo mais freqüentemente consideram 1/4 de salário mínimo como valor da linha de pobreza. Como o salário mínimo real tem variado bastante ao longo do tempo, isto pode significar diferenças relevantes do valor da linha de pobreza utilizada por autores que se referem aparentemente ao mesmo parâmetro [Pastore, Zylbertstajn, Pagoto (1983)].

Duas restrições importantes podem ser feitas em relação ao uso de múltiplo do salário mínimo, mesmo a preços constantes, como linha de pobreza [Fox (1990) e Tolosa (1993)]. A primeira é que não há garantia de que o valor arbitrado permita atender às necessidades básicas do indivíduo, o que significa, na verdade, ignorar todas as questões subjacentes vinculadas à determinação do nível de bem-estar desejável e à sua valoração. A segunda restrição, talvez mais importante, é que ao adotar um parâmetro nacional se ignoram os significativos diferenciais de custo de vida dos pobres entre estratos de residência (urbano, rural, metropolitano) e regiões.

A disponibilidade de dados com abrangência nacional sobre o consumo das famílias permitiu que viessem a ser estimados valores localmente diferenciados para a linha de pobreza. As primeiras iniciativas nesse sentido utilizaram os dados de consumo e de rendimento do Estudo Nacional de Despesa Familiar (Endef-1974), do IBGE, tanto para estabelecer o valor da linha de pobreza, como para obter os indicadores de incidência de pobreza. O procedimento reconhecido na literatura especializada para estabelecer a linha de pobreza com base no consumo observado é simples, podendo ser resumido em quatro etapas: a) definição dos requerimentos nutricionais médios a serem atendidos; b) estabelecimento da cesta alimentar, compatível com as preferências da população de baixa renda e capaz de garantir o atendimento dos requerimentos nutricionais; c) valoração da cesta alimentar, ou linha de indigência; e d) derivação da linha de pobreza,

---

<sup>4</sup> O uso de linhas de pobreza baseadas em preferências dos indivíduos e efetivo custo de vida com que fazem face são utilizados nos Estados Unidos nos programas de transferência de renda para as famílias pobres [Orshansky (1965)].

considerando o valor da cesta alimentar e o das demais despesas básicas. Apesar da simplicidade do procedimento, existem, a cada passo, múltiplas possibilidades empíricas a serem consideradas. Como resultado, a partir da mesma base de dados, cada autor deriva valores diferenciados para as linhas de indigência e de pobreza. A respeito dessas múltiplas possibilidades metodológicas, é ilustrativa a derivação pelo World Bank (1979) de três diferentes conjuntos de valores localmente específicos associados à cesta alimentar com base nos dados do Endef.<sup>5</sup> Thomas (1982) e Fava (1984), utilizando metodologias semelhantes, também derivaram linhas de pobreza a partir do Endef e estimaram a proporção de pobres no Brasil, em 1974, como, respectivamente, 29 e 36%. É evidente, portanto, que resultados obtidos em termos de incidência de pobreza devem ser entendidos em função dos pressupostos teóricos adotados em cada caso na derivação das linhas de pobreza.

Quando se utilizam pesquisas diversas como fonte de informação para rendimento, a comparabilidade de indicadores de pobreza, seja **cross-section**, seja intertemporal, fica prejudicada. Deve-se ter em mente que pesquisas com características diversas resultam em diferentes graus de cobertura do rendimento das famílias, afetando os resultados obtidos. Assim, é sabido que inquéritos de orçamentos familiares, devido ao seu detalhamento e ênfase, garantem melhor cobertura dos rendimentos do que as pesquisas domiciliares anuais. Isso cria dificuldades, por exemplo, para a utilização de parâmetros de valor derivados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), 1987/88, em conjunção com dados de rendimento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).<sup>6</sup> Essas pesquisas anuais, por sua vez, têm essa informação mais completa do que os censos demográficos. Desse modo, não são comparáveis resultados censitários e aqueles derivados da PNAD devido a incompatibilidades na cobertura da renda nos dois tipos de pesquisa. As estimativas sobre pobreza no Brasil mais freqüentemente utilizadas, que se baseiam na PNAD, implicam pois, por conta da subestimação da renda, superestimação da incidência de pobreza.<sup>7</sup>

Cabe lembrar que o estabelecimento de linhas de pobreza e a derivação de indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda, dentre os quais o de proporção de pobres é o mais conhecido, constituem-se apenas em ponto de partida para estudos sobre pobreza, cujo objetivo é o de caracterizar de forma ampla as subpopulações pobres, de modo a entender as causas da pobreza e definir mecanismos capazes de remediá-la, assim como monitorar a evolução da pobreza ao longo do tempo, inclusive nas suas especificidades espaciais [Rocha e

---

<sup>5</sup> Os três valores derivados para a metrópole de São Paulo foram de Cr\$ 2.408, Cr\$ 1.710 e Cr\$ 1.076 (valores correntes de agosto de 1974 relativos ao custo alimentar anual per capita) [World Bank (1979, p.67)].

<sup>6</sup> A respeito da comparação das variáveis de rendimento na POF e na PNAD, ver Barros, Neri e Mendonça (1995).

<sup>7</sup> Parte da subestimação da renda nas pesquisas domiciliares resulta da não consideração de benefícios indiretos, como vale-transporte e vale-alimentação, que têm uma importância ponderável em relação ao rendimento do trabalho da população de baixa renda e beneficia uma parcela rapidamente crescente dos trabalhadores tanto no setor formal como no informal [Arbache (1995)].

Villela (1990) e World Bank (1995)]. Neste sentido, já se dispõe no Brasil de um conjunto significativo de estudos que, utilizando como ponto de partida o critério de renda, descreve as características de subpopulações pobres específicas, fornecendo subsídios para a implementação de políticas antipobreza.

## **1.2 - Requisitos de Informações Estatísticas para a Derivação de Linhas de Pobreza**

Existe consenso entre especialistas de que, quando a disponibilidade de dados estatísticos o permitirem, o estabelecimento de linhas de pobreza deve se basear no custo de vida efetivo para os pobres para áreas delimitadas, de modo a levar em conta especificidades locais de estrutura do consumo e de preços. O Endef, realizado pelo IBGE em 1974/75, forneceu dados detalhados sobre despesas e consumo das famílias brasileiras. A amostra foi desenhada para permitir a representatividade das informações por classes de renda em 22 áreas (regiões e estratos de residência). O custo de uma pesquisa desse tipo é alto, de modo que a periodicidade de sua realização geralmente não é inferior a cinco anos.

Inquérito com a característica de abrangência do Endef não foi mais realizado no Brasil. A POF 1987/88, que teve como objetivo principal a atualização da estrutura de pesos do sistema de índices de preços ao consumidor, foi limitada às nove regiões metropolitanas, Goiânia e Brasília. Em consequência, para cada uma dessas áreas é possível dispor de dados de consumo mais recentes e valorar as estruturas de consumo estabelecidas para os pobres aos preços efetivamente vigentes na data de referência, derivados da pesquisa mensal de preços ao consumidor do IBGE. Nada se sabe, no entanto, sobre estrutura de consumo e preços para as áreas urbanas e rurais não-metropolitanas desde os meados da década de 70. Esta é, sem dúvida, a lacuna mais importante quando se trata de realizar estudos de pobreza no âmbito do Brasil como um todo. Na falta de dado atualizado, a derivação de linhas de pobreza para as áreas não-metropolitanas se baseia geralmente no Endef ou em relação de custo de vida entre áreas metropolitanas e não-metropolitanas arbitradas pelo analista.

A questão da fragilidade da base empírica para a derivação de linhas de pobreza em áreas não-metropolitanas não será relevante na discussão que se segue. Na verdade, o estudo se limitará às seis regiões metropolitanas que são investigadas no âmbito da Pesquisa Mensal de Emprego. Serão utilizadas linhas de pobreza que refletem a estrutura de consumo da população de baixa renda em cada uma delas, valoradas a preços ao consumidor dos meses de referência, utilizando como indexador os INPCs específicos por metrópole (Tabela 1). As linhas de pobreza referentes a setembro de 1990 foram utilizadas para a derivação de indicadores de pobreza a partir tanto da PNAD-90, como da PME de outubro de 1990 (data de referência setembro/1990).

Tabela 1  
Valores das linhas de pobreza relativas às datas especificadas para as seis regiões metropolitanas investigadas pela PME

Regiões Metropolitanas	Sep/90		Jul/94		Jul/95		Dec/95		Jan/96	
	Cr\$	Sal. Mín.*	R\$	Sal. Mín.*	R\$	Sal. Mín.*	R\$	Sal. Mín.*	R\$	Sal. Mín.*
Recife	4.470,87	73,8	45.50	70,2	61.39	61,4	64.71	64,7	65.89	65,9
Salvador	4.904,65	81,0	51.05	78,8	64.33	64,3	67.41	67,4	68.25	68,3
Belo Horizonte	4.622,65	76,3	44.69	69,0	55.65	55,7	60.50	60,5	61.49	61,5
Rio de Janeiro	5.374,82	88,7	57.74	89,1	70.72	70,7	76.34	76,3	78.16	78,2
São Paulo	6.245,19	103,1	63.96	98,7	84.46	84,5	91.13	91,1	92.63	92,6
Porto Alegre	4.979,62	82,2	44.53	68,7	55.21	55,2	58.10	58,1	58.41	58,4

Fonte: IBGE/Endef. Tabulações espaciais.

\* Valor da linha de pobreza em relação ao salário mínimo vigente na época expresso em percentagem.

## 2 - A INCIDÊNCIA DE POBREZA NO PERÍODO PÓS-REAL

### 2.1 - A Variável Rendimento nas Pesquisas Domiciliares

O interesse em verificar empiricamente o impacto do Plano Real sobre a renda e a incidência de pobreza esbarra em dificuldades devido à não-disponibilidade de dados adequados para o período após julho de 1994. Na verdade, a fonte privilegiada para esse tipo de estudo são pesquisas domiciliares de cobertura nacional, como o Censo Demográfico e a PNAD. Esta última, apesar de ter periodicidade anual, não foi realizada em 1994, enquanto os resultados da PNAD-95 ainda não estão disponíveis.

Dadas estas restrições, optou-se por recorrer à PME. Trata-se também de pesquisa domiciliar, mas de caráter conjuntural, voltada para o objetivo precípuo de acompanhamento do mercado de trabalho. Finalidades diferentes implicam conceitos e instrumentos diversos nas duas pesquisas, resultando em não-comparabilidade entre elas. Para estudos de renda e pobreza, o recurso à PME traz duas desvantagens principais.

A primeira desvantagem está associada ao fato de que a PME tem sua cobertura limitada a seis das nove regiões metropolitanas, que respondem por 87% da população metropolitana.<sup>8</sup> Em conseqüência, não é possível acompanhar a evolução nas demais regiões metropolitanas, mas a lacuna mais grave concerne à ausência de informação em relação às áreas urbanas não-metropolitanas e rurais, onde se localizam 71% da população brasileira. É verdade que o que ocorre nas seis metrópoles cobertas pela pesquisa provavelmente sinaliza, de maneira bastante adequada, o comportamento dos setores líderes da economia, que respondem mais rapidamente às mudanças estruturais e conjunturais. Ademais, evidências empíricas com base nas PNADs ao longo da década de 80 mostram que a renda nos estratos urbanos e rurais acompanhou o nível de atividade da economia, embora este influencie de forma direta e imediata a evolução do rendimento nas áreas mais urbanizadas, como as metrópoles [Rocha (1992)]; e

A segunda desvantagem concerne à investigação do rendimento das pessoas. Enquanto a PNAD investiga uma série de quesitos de rendimento, incluindo a remuneração dos diferentes trabalhos, mas também benefícios previdenciários, aluguéis recebidos e rendimentos de capital em geral, a PME limita-se a registrar os rendimentos do trabalho.

Reduz-se, assim, de forma significativa o rendimento familiar *per capita*, que é a variável de confronto com a linha de pobreza para a determinação das subpopulações pobre e não-pobre. É importante notar que, conforme a PNAD-90, os benefícios previdenciários têm uma participação de 12,5% na renda das

---

<sup>8</sup> Segundo estimativas com base na PNAD-90, essas seis metrópoles concentravam 88% dos pobres metropolitanos e 25% dos pobres brasileiros [Rocha (1995)].

famílias brasileiras, sendo que esta participação é mais elevada dentre as famílias pobres (16,4%), especialmente nas áreas mais desenvolvidas. Isto significa dizer que ao levar-se em consideração tão-somente o rendimento do trabalho, incorre-se, em princípio, em subestimação do rendimento das famílias e, conseqüentemente, em superestimação da incidência de pobreza enquanto insuficiência de renda. Os dados da Tabela 2 mostram a participação de rendimentos de diferentes origens na formação da renda das famílias brasileiras em 1990.

Tabela 2

Composição percentual da renda familiar com base em todos os rendimentos de todos os membros solidários<sup>a</sup> da família — 1990

Regiões	Rendimentos (%)		
	Trabalho	Previdência	Outros
BRASIL	84,3	12,5	3,1
Metropolitano	83,9	12,9	3,2
Urbano	83,2	13,2	3,6
Rural	87,4	10,5	2,0
São Paulo Urbano			
Total das famílias	83,4	12,9	3,7
Famílias pobres	64,6	26,8	8,6
Nordeste Rural			
Total das famílias	85,7	12,3	1,9
Famílias pobres	86,6	11,5	1,8

Fonte: Rocha (1993), com base na PNAD-1990.

<sup>a</sup>Consideram-se como “membros solidários” aqueles que moram no mesmo domicílio, e, estando ligados por laços de parentesco ou convivência, contribuem e participam da unidade econômica familiar. Excluem-se aqueles cuja condição na família é de pensionista, empregado e parente do empregado.

É importante ter em mente, outrossim, a existência de diferenças conceituais entre a PNAD e a PME. Enquanto a PNAD, que é uma pesquisa anual, investiga o rendimento mensal bruto *normalmente recebido*, fazendo abstração, portanto, de flutuações atípicas que possam ter ocorrido no mês de referência, a PME registra o rendimento *efetivamente recebido* no mês. Na verdade, fatores ligados à coleta e a outras características diversas das duas pesquisas resultam em diferenças não só da variável rendimento do trabalho, como das variáveis de renda familiar e renda familiar **per capita**. A Tabela 3 apresenta o valor médio do rendimento do trabalho, considerando todos os rendimentos de trabalho de todas as pessoas ocupadas de 10 anos e mais, inclusive aquelas com rendimento zero. A



comparação para o mesmo período de referência, setembro/1990, mostra rendimentos médios do trabalho mais elevados no caso da PNAD. A renda familiar, construída como somatório dos rendimentos do trabalho dos indivíduos solidários na família, também é superior na PNAD. A ordem de grandeza se inverte, porém, quando se trata da renda familiar **per capita**, evidenciando que a PNAD capta maior número de pessoas sem rendimento do trabalho que a PME. São esses valores de renda familiar **per capita** os utilizados em confronto com a linha de pobreza para delimitação da subpopulação pobre e derivação dos indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda.

Tabela 3

Valores médios de rendimentos construídos a partir da PNAD e da PME para o conjunto de seis regiões metropolitanas<sup>a</sup> — setembro/1990

(Em Cr\$)

Variáveis de Rendimento (médias)	PNAD	PME
Rendimento de todos os trabalhos <sup>b</sup>	37.170,05	33.772,47
Renda familiar	59.349,55	57.810,09
Renda familiar <b>per capita</b>	15.866,50	18.225,48

Fontes: IBGE (PNAD-1990) e PME out./90. Tabulações especiais.

<sup>a</sup> Seis metrópoles objetos de investigação pela PME.

<sup>b</sup> Por pessoa ocupada.

Existe uma extensa literatura sobre a maneira de derivar indicadores de pobreza, dadas a distribuição dos rendimentos e a linha de pobreza. Aqui são apresentados os indicadores de proporção, de hiato de renda e um indicador sintético proposto por Foster, Greer e Thorbecke (1984). A proporção de pobres é o indicador mais usual, que se refere ao número de pobres, isto é, ao número de indivíduos cuja renda familiar **per capita** é inferior à linha de pobreza, em relação ao total da população. Na verdade este indicador por si só é uma medida tosca de pobreza, já que nada informa sobre o nível e distribuição de renda dos pobres. Complementarmente, o hiato de renda informa sobre a intensidade da pobreza, isto é, o desvio médio da renda dos pobres em relação ao valor de referência dado pela linha de pobreza. Com objetivo de considerar um terceiro aspecto da pobreza enquanto insuficiência de renda, Foster, Greer e Thorbecke (1984) propuseram um indicador que leva em conta não apenas o número de pobres e a intensidade da sua pobreza, mas também variações da distribuição de renda entre os pobres através do somatório da potenciação dos hiatos de renda relativos a cada um dos pobres. Utilizamos os hiatos de renda ao quadrado para a derivação do que chamamos índice sintético de pobreza.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> A respeito das propriedades desejáveis para os indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda e os indicadores propostos por diferentes autores, ver Haguenaars (1986, Cap. 6).

A Tabela 4 mostra os indicadores de proporção de pobres, hiato da renda e índice sintético para setembro de 1990 com base na PNAD e PME, utilizando os mesmos critérios de construção da renda **per capita** e a mesma linha de pobreza. À guisa de ilustração, apresentam-se os indicadores obtidos a partir da PNAD utilizando critérios mais abrangentes de rendimento, isto é, todos os rendimentos de todas as pessoas, e rendimento do trabalho em dinheiro e mercadorias. Observa-se em particular que, mesmo considerando apenas o rendimento de trabalho em dinheiro, conceito de rendimento mais próximo nas duas pesquisas, os resultados obtidos para os indicadores de pobreza apresentam, como era de se esperar, algum desvio.

Tabela 4

Indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda relativos a setembro/1990 — uma comparação dos resultados obtidos a partir da PNAD e da PME para o conjunto das seis regiões metropolitanas\*

Indicadores	Proporção (%)	Hiato da Renda (%)	Índice Sintético
PNAD			
Todos os rendimentos	28,87	44,46	0,0736
Rend. trabalho em dinheiro e mercadoria	36,76	54,19	0,1421
Rend. trabalho somente em dinheiro	36,79	54,30	0,1426
PME			
Rend. trabalho somente em dinheiro	29,95	55,21	0,1268

Fonte: IBGE.

\*Trata-se das seis metrópoles onde é realizada a PME: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Estas considerações relativas às peculiaridades das duas pesquisas têm como objetivo acautelar o leitor quanto a comparações dos resultados que serão apresentados a seguir com base na PME e os resultados divulgados anteriormente com base na PNAD-90. Tendo em vista as restrições quanto à disponibilidade de dados já discutidas, é interessante examinar resultados intertemporais obtidos a partir da PME para ilustrar a ocorrência de efeitos sobre a renda e sobre a pobreza após o Plano Real.

## 2.2 - A Evolução da Pobreza na Vigência do Plano Real

Para análise da evolução da pobreza na vigência do Plano Real foram utilizadas informações da PME para quatro momentos distintos: julho de 1994, primeiro mês do plano, e, um ano depois, julho de 1995, além de dois meses mais recentes com características de sazonalidade bem distintas, dezembro de 1995 e janeiro de 1996.

Os indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda relativos a julho de 1994,<sup>10</sup> primeiro mês do plano de estabilização, são os piores quando as quatro datas de referência são consideradas. Tendo como base de referência setembro de 1990, a proporção de pobres aumenta fortemente de 30 para 38% para o conjunto das seis regiões metropolitanas, o que corresponde a 14,8 milhões de pessoas em julho de 1994. Verifica-se também agravamento do indicador de intensidade da pobreza, dada pela redução do valor do rendimento médio dos pobres em relação à linha de pobreza (o que corresponde ao aumento do hiato da renda), e do índice sintético, este último levando em consideração, além da proporção e do hiato, também a desigualdade de rendimento entre os pobres. A evolução desses indicadores em cada uma das seis metrópoles se dá no mesmo sentido, havendo poucas mudanças de **ranking** entre elas em relação a 1990. Cabe destacar a forte elevação da proporção de pobres em Salvador, que passa a ocupar em 1994 a posição mais adversa quanto a este indicador.

A PME mostra, portanto, um agravamento inequívoco da pobreza enquanto insuficiência de renda sob todos os seus aspectos entre setembro de 1990 e julho de 1994. Certamente, porém, o mês de implantação do Plano Real não correspondeu ao momento de pico desses indicadores de pobreza, já que evidências diversas sugerem que a situação mais adversa ocorreu anteriormente. Assim, desde outubro de 1993 houve uma retomada sustentada da atividade da indústria de transformação, que se concentra nas regiões metropolitanas. A taxa de desemprego aberto dessazonalizada derivada da própria PME mostra, a partir de janeiro de 1993, uma tendência clara de declínio, que virá a ser revertida apenas no primeiro semestre de 1995. Na verdade, em relação aos índices de desemprego, o período mais adverso ocorreu em 1992, quando em seis meses a taxa superou 6%.

De qualquer modo, julho de 1994 é a data de referência relevante para examinar a evolução ocorrida após a implantação do Plano Real.<sup>11</sup> Considerando os indicadores obtidos um ano depois (Tabela 5 e Gráfico 1), fica evidente que o plano de estabilização permitiu uma inequívoca melhoria da renda, fazendo com que uma parcela significativa da população — 3,7 milhões de pessoas — ultrapassasse a linha de pobreza (ver Anexo). A redução da proporção de pobres de 38 para 28% para o conjunto das seis regiões, correspondendo a 11 milhões de pessoas, evidencia um retorno ao patamar verificado em 1990 para esse indicador, havendo, porém, diferenças significativas quando as metrópoles são analisadas separadamente: Belo Horizonte e Rio de Janeiro apresentam melhorias não somente em relação ao início do plano, mas também quando em confronto com 1990. A melhoria ocorrida em São Paulo e Salvador não permite ainda atingir o

---

<sup>10</sup> Trata-se de indicadores gerados a partir da PME de agosto de 1990.

<sup>11</sup> O diferencial de taxas de inflação nesse mês (7,75%) e nos meses de referência subsequentes (por exemplo, julho de 1995, 2,46%) implica alguma subestimação, no início do período, do rendimento dos trabalhadores cujo fluxo de rendimento se distribui ao longo do mês. Neri e Barros (1996) chamam a atenção para este efeito quando tratam da evolução do rendimento per capita por decil no período de junho de 1993 a setembro de 1995.

patamar de 1990, o que ocorre em Recife e Porto Alegre. De fato, estas diferenças de comportamento da proporção de pobres não estão associadas a aspectos óbvios de caráter regional ou ligados ao nível de desenvolvimento produtivo ou social, devendo provavelmente ser imputados a características locais.

Tabela 5

Indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda relativos às datas especificadas para o conjunto das seis regiões metropolitanas\*

	Prop.Pobres (%)	Hiato (%)	Índice Sintético	Nº Pobres (mil)
BRASIL				
setembro/1990	29,95	55,21	0,1268	10.982,8
julho/1994	38,22	57,92	0,1726	14.782,9
julho/1995	28,24	61,41	0,1440	11.062,0
dezembro/1995	27,34	62,33	0,1432	10.774,7
janeiro/1996	28,75	62,04	0,1481	11.327,2

Fonte: IBGE.

\*Trata-se das seis metrópoles onde é realizada a PME: Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

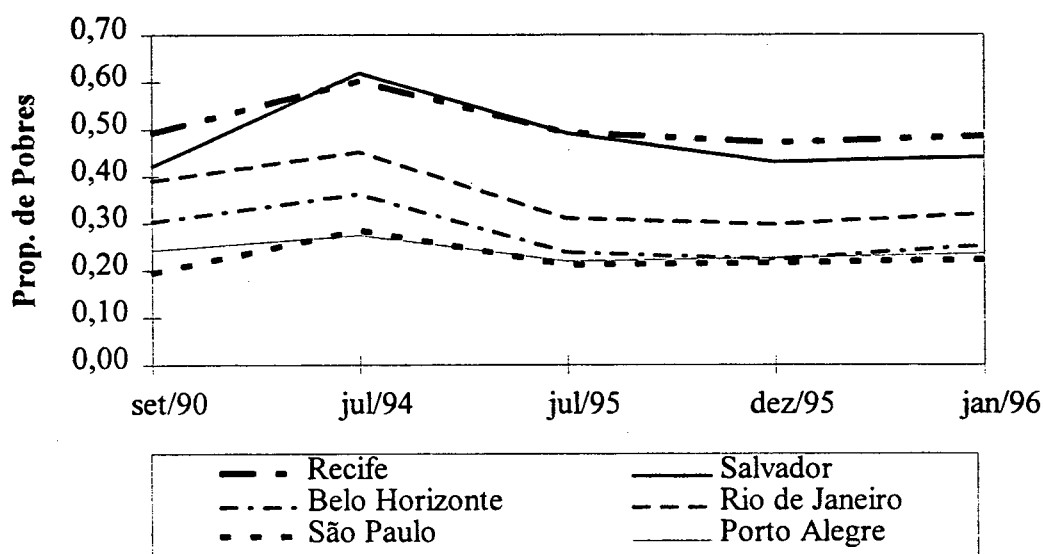
Paralelamente à melhoria na proporção de pobres, observa-se no primeiro ano do Plano Real o agravamento do hiato de renda. Embora haja menos pobres em relação à população total, aqueles que estão abaixo da linha de pobreza apresentam, em média, renda familiar *per capita* mais baixa em relação ao período anterior. Para o conjunto das seis metrópoles, o hiato da renda passou de 0,58 em julho de 1994 para 0,61 um ano depois, significando que a renda média dos pobres equivalia a apenas 39% do valor da linha de pobreza. No entanto, o índice sintético declinou de 0,17 para 0,14, afetado preponderantemente pela queda forte da proporção de pobres. A evolução nas regiões teve características diferenciadas, os melhores resultados tendo ocorrido em Belo Horizonte e Rio de Janeiro (Tabela 6).

Este comportamento dos índices de pobreza no primeiro ano do Plano Real é ambivalente. O aspecto positivo consiste nos ganhos de renda permitindo que parte dos pobres, provavelmente aqueles cujas rendas tinham valores mais próximos ao da linha de pobreza, ultrapassasse esse parâmetro, reduzindo a proporção de pobres de forma generalizada nas metrópoles analisadas. Em contrapartida, o contingente reduzido de indivíduos pobres tem renda média mais baixa do que a verificada no primeiro mês do plano de estabilização. Estes resultados poderiam sugerir que, do ponto de vista da renda,<sup>12</sup> a parcela dos mais

<sup>12</sup> A análise refere-se ao efeito sobre a renda. A questão da melhoria do poder de compra devido à estabilização será mencionada mais adiante.

pobres dentre os pobres estaria sendo deixada à margem dos benefícios do plano de estabilização. No entanto, o declínio do indicador sintético evidencia que o efeito combinado da evolução do número de pobres, do hiato da renda e da desigualdade entre pobres foi positivo.

Evolução da Proporção de Pobres nas seis regiões metropolitanas examinadas pela PME - setembro de 1990 a janeiro de 1996.



Os indicadores relativos a dezembro de 1995 para o conjunto das regiões metropolitanas consideradas mostram a continuidade destas tendências. A redução da proporção de pobres continuou ocorrendo, embora a um ritmo mais lento, caindo para 27%, o que corresponde a 10,8 milhões de indivíduos pobres. Verifica-se, também um pequeno aumento do hiato da renda e o indicador sintético, sinalizando redução da intensidade de pobreza e melhoria do perfil distributivo para o conjunto da subpopulação pobre. Na verdade, em relação a esses dois últimos indicadores, houve um retorno aos níveis observados em julho de 1994 - isto é, 0,62 para o hiato da renda e 0,52 para o índice sintético. No que concerne ao hiato, isto significa que houve melhorias do nível de renda também entre os que permaneceram pobres, já que se manteve o valor da renda média em relação à linha de pobreza. A estabilidade do índice sintético ante a queda da proporção e manutenção do hiato indica agravamento da desigualdade nas seis metrópoles tomadas em conjunto.

Tabela 6

Indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda relativos às datas especificadas para seis regiões metropolitanas

	Prop. Pobres (%)	Hiato (%)	Índice Sintético	Nº Pobres
<b>RECIFE</b>				
setembro / 1990	49,20	52,55	0,18365	1.389.026
julho / 1994	60,08	57,92	0,26255	1.798.758
julho / 1995	49,26	55,20	0,20593	1.489.764
dezembro / 1995	47,22	55,92	0,20054	1.434.968
janeiro / 1996	48,44	57,56	0,21323	1.472.027
<b>SALVADOR</b>				
setembro / 1990	42,08	52,33	0,15532	1.020.958
julho / 1994	61,83	55,80	0,25092	1.644.631
julho / 1995	49,10	56,45	0,20749	1.324.917
dezembro / 1995	43,04	54,26	0,17441	1.169.561
janeiro / 1996	44,13	54,05	0,17616	1.199.241
<b>BELO HORIZONTE</b>				
setembro / 1990	30,38	50,67	0,11277	1.017.040
julho / 1994	36,15	53,68	0,14472	1.304.058
julho / 1995	23,91	57,15	0,10957	871.988
dezembro / 1995	22,47	59,71	0,11166	823.923
janeiro / 1996	25,25	57,51	0,11652	925.830
<b>RIO DE JANEIRO</b>				
setembro / 1990	39,03	54,39	0,16207	3.891.056
julho / 1994	45,11	58,29	0,20622	4.549.605
julho / 1995	31,18	61,86	0,16236	3.171.272
dezembro / 1995	29,75	63,03	0,16113	3.038.457
janeiro / 1996	32,02	63,09	0,17115	3.270.886
<b>SÃO PAULO</b>				
setembro / 1990	19,45	58,01	0,09091	2.947.941
julho / 1994	28,54	58,45	0,13313	4.617.527
julho / 1995	21,28	64,77	0,11914	3.494.131
dezembro / 1995	21,62	65,77	0,12315	3.575.327
janeiro / 1996	22,35	64,87	0,12405	3.695.250
<b>PORTO ALEGRE</b>				
setembro / 1990	24,30	63,89	0,12984	716.835
julho / 1994	27,53	63,54	0,14758	868.335
julho / 1995	22,10	70,44	0,14026	709.916
dezembro / 1995	22,68	70,99	0,14470	732.466
janeiro / 1996	23,65	70,53	0,14934	764.021

Fonte de microdados: IBGE/PME.

Ao se examinarem os indicadores relativos a cada metrópole separadamente, delineiam-se três situações distintas. Em primeiro lugar, a das duas metrópoles nordestinas que, embora tenham tido melhorias significativas no período do Plano Real, apresentam progresso muito tênue em relação às condições de pobreza em 1990. Na verdade, mantêm proporções de pobres alarmantes, superiores a 40%, e indicadores de hiato e sintético de pobreza em níveis também muito elevados, tendo em vista o nível do indicador de proporção. As evidências são de estabilidade no longo prazo da pobreza do ponto de vista da renda em patamares muito altos.

Um segundo grupo é formado pelas metrópoles de Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, que apresentam proporções de pobres praticamente no mesmo nível — 22% — em dezembro de 1995. As três apresentam melhorias da proporção de pobres no período do Plano Real e, exceto São Paulo, também em relação a 1990. Neste particular o progresso realizado por Belo Horizonte, que reduz a proporção de pobres em 14 pontos percentuais no período de vigência do plano de estabilização e quase 10 pontos desde 1990, parece indicar uma evolução promissora da metrópole mineira. Cabe lembrar que as análises realizadas com base neste tipo de indicadores, na década de 80, para o conjunto de nove regiões metropolitanas, mostravam Belo Horizonte, acompanhada pela metrópole do Rio de Janeiro, numa situação intermediária entre as metrópoles do Norte/Nordeste e as de São Paulo/Sul [Rocha (1995)]. A redução significativa do indicador sintético de 0,14 para 0,12 no período evidencia bem a diferença entre Belo Horizonte, por um lado, São Paulo e Porto Alegre, por outro, quanto à evolução recente da pobreza.

Finalmente, o Rio de Janeiro aparece numa situação intermediária entre os dois grupos em função da proporção de pobres que se verifica em dezembro de 1995 — 30% —, resultado de uma significativa melhoria durante o plano de estabilização a partir de indicadores muito adversos no período 1990/94.

Os resultados de dezembro são naturalmente afetados por efeitos sazonais: a renda é mais alta devido ao recebimento do 13º salário e o nível de emprego se eleva em função do pico de atividade nos setores de comércio e serviço devido às festas de fim de ano. Por essa razão é interessante examinar os indicadores de pobreza obtidos a partir dos dados da PME de fevereiro, relativos ao mês de janeiro de 1996.

Em relação a dezembro, ocorre, para o conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas, um pequeno agravamento da proporção de pobres, com aumento de 550 mil pobres — o que já era esperado em função do fator sazonal —, significando o retorno aos níveis de julho de 1995. Em contrapartida, continuam as melhorias do indicador de hiato da renda. O indicador sintético de pobreza revela uma pequena deterioração tanto em relação ao mês anterior, como em relação a julho, quando a economia se encontrava bastante aquecida.

Ao considerar os resultados segundo regiões metropolitanas, observa-se que a evolução mais adversa deu-se no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Vale observar que no mesmo período indicadores conjunturais sensíveis, como a taxa de desemprego aberto, eram mais elevados e deterioravam-se mais rapidamente em São Paulo. É interessante observar que as mudanças que se verificam no mercado de trabalho não se rebatem de forma direta sobre os indicadores de pobreza,<sup>13</sup> isto podendo se dever a duas causas principais. Por um lado, ao agravamento das condições do mercado de trabalho afetando predominantemente indivíduos cuja renda familiar situa-se acima da linha de pobreza. Por outro, ao papel redistributivo desempenhado pela família, vinculado à crescente participação na PEA, à informalização e aos ganhos de rendimento no setor informal.

### 3 - CONCLUSÕES

Os indicadores de renda construídos a partir da PME com o objetivo de verificar a evolução da pobreza absoluta após a implantação do Plano Real indicam melhoria inequívoca no período compreendido entre julho de 1994 e janeiro de 1996 em todas as metrópoles analisadas. Um significativo contingente de pobres ultrapassa o patamar da linha de pobreza, de modo que, para o conjunto das seis regiões metropolitanas, a proporção de pobres declina de 38 para 29%. Apesar da esperada deterioração da renda média dos indivíduos que permaneceram abaixo da linha de pobreza, já que o indicador de hiato de renda aumentou de 58 para 62%, o índice sintético mostrou uma evolução positiva, mesmo considerando as condições adversas do mês de janeiro.

Na verdade, esses dados revelam que a subpopulação pobre se beneficiou de evoluções positivas ocorridas no mercado de trabalho. Apesar da redução do nível de atividade no final do ano passado, e o ritmo lento deste início de ano, a situação atual comparada com a do início do plano é francamente positiva. Assim, sabe-se a partir da própria PME que ocorreu no período criação líquida de postos de trabalho para o conjunto das seis regiões, acompanhada de aumento de rendimento médio das pessoas ocupadas. O aspecto adverso relativo ao aumento do desemprego vincula-se claramente à redução dos postos de trabalho na indústria e a um crescimento da população economicamente ativa mais acentuado do que o da população ocupada. Os níveis crescentes de desemprego são preocupantes devido às perspectivas de agravamento que decorrerão dos ajustes ainda por fazer. No entanto, o resultado líquido dessas tendências foi a melhoria inequívoca do rendimento familiar na base da distribuição e redução da pobreza absoluta.

Embora todas as metrópoles tenham apresentado tendência na mesma direção para os três indicadores de pobreza examinados, existem especificidades locais dignas

---

<sup>13</sup> Por exemplo, de dezembro para janeiro últimos os índices de desemprego aberto se agravaram bem mais fortemente em São Paulo (de 5,09 para 6,28%) do que nas metrópoles do Rio de Janeiro (de 0,15 para 3,5%) e de Belo Horizonte (de 3,56 para 4,18%).



de nota. Em Recife e Salvador, melhorias significativas dos indicadores de pobreza ocorridas entre julho de 1994 e janeiro de 1996 tornam-se tênues quando se toma como base de comparação setembro de 1990. Na verdade, o efeito sobre a renda mensal foi o de recuperar perdas ocorridas no início da década. Nas metrópoles nordestinas, isto significa níveis de pobreza alarmantes que atingem quase 50% da população. A evolução do padrão semelhante ocorrida no mesmo período em Porto Alegre tem, obviamente, implicações diversas porque envolvem proporções de pobres relativamente baixas.

São Paulo é a única metrópole onde, apesar das melhorias dos indicadores durante a vigência do Plano Real, verifica-se um discreto agravamento dos indicadores de pobreza quando se considera o início da década. Esse fenômeno é preocupante por duas razões. A primeira é que, embora a proporção de pobres em São Paulo seja baixa em termos relativos — 22% em janeiro de 1996 —, em termos absolutos corresponde a um contingente de 3,7 milhões de pessoas, ou 1/3 do total de pobres nas seis metrópoles estudadas. Trata-se de 2,5 vezes o número de pobres de Recife, onde a proporção de pobres é de 48% da população total. A segunda razão se relaciona ao impacto sobre o emprego e sobre a renda da forte reestruturação do setor industrial no Brasil, que, além de reengenharia interna das empresas, inclui uma redistribuição espacial das atividades que, reconhecidamente, vem ocorrendo em detrimento da região metropolitana de São Paulo. Trata-se de fenômeno já claramente esboçado em 1985,<sup>14</sup> mas que vem se acelerando com a retomada do investimento industrial e instalação de novas unidades manufatureiras após 1993.

Finalmente, Belo Horizonte e Rio de Janeiro apresentaram tal redução das proporções durante o Plano Real, que foi possível compensar com folga a deterioração desse indicador ocorrida no início da década. Rio de Janeiro e mais especialmente Belo Horizonte parecem estar se beneficiando mais diretamente da retomada da atividade econômica e dos novos investimentos industriais. Enquanto, no final do período estudado, Rio de Janeiro mantém sua situação intermediária entre Nordeste e SP/Sul, Belo Horizonte já parece se incorporar ao grupo das metrópoles mais desenvolvidas, apresentando proporções de pobres semelhantes às delas, mas — e este é um fato significativo — indicadores de hiato da renda e sintético menos adversos.

É importante sublinhar que os indicadores de pobreza foram estimados levando-se em conta rendimentos e taxa de inflação mensais. Não se consideram, portanto, os ganhos de renda real que ocorrem ao longo do mês em função da queda do ritmo inflacionário. À guisa de exemplo, a queda de inflação de 48% ao mês em junho de 1994 para 1% significaria um ganho de renda real de 27% ao mês para a parcela da renda que for despendida em pagamentos diários idênticos ao longo do mês. São os efeitos combinados de aumento da renda mensal — que se refletem nos indicadores analisados —, e da eliminação das perdas inflacionárias ao longo

<sup>14</sup> Trata-se da "reversão da polarização industrial da área metropolitana de São Paulo", que seria um dos fatores explicativos da tendência à convergência das rendas per capita estaduais no período 1970/85 [Ferreira e Diniz (1995)].

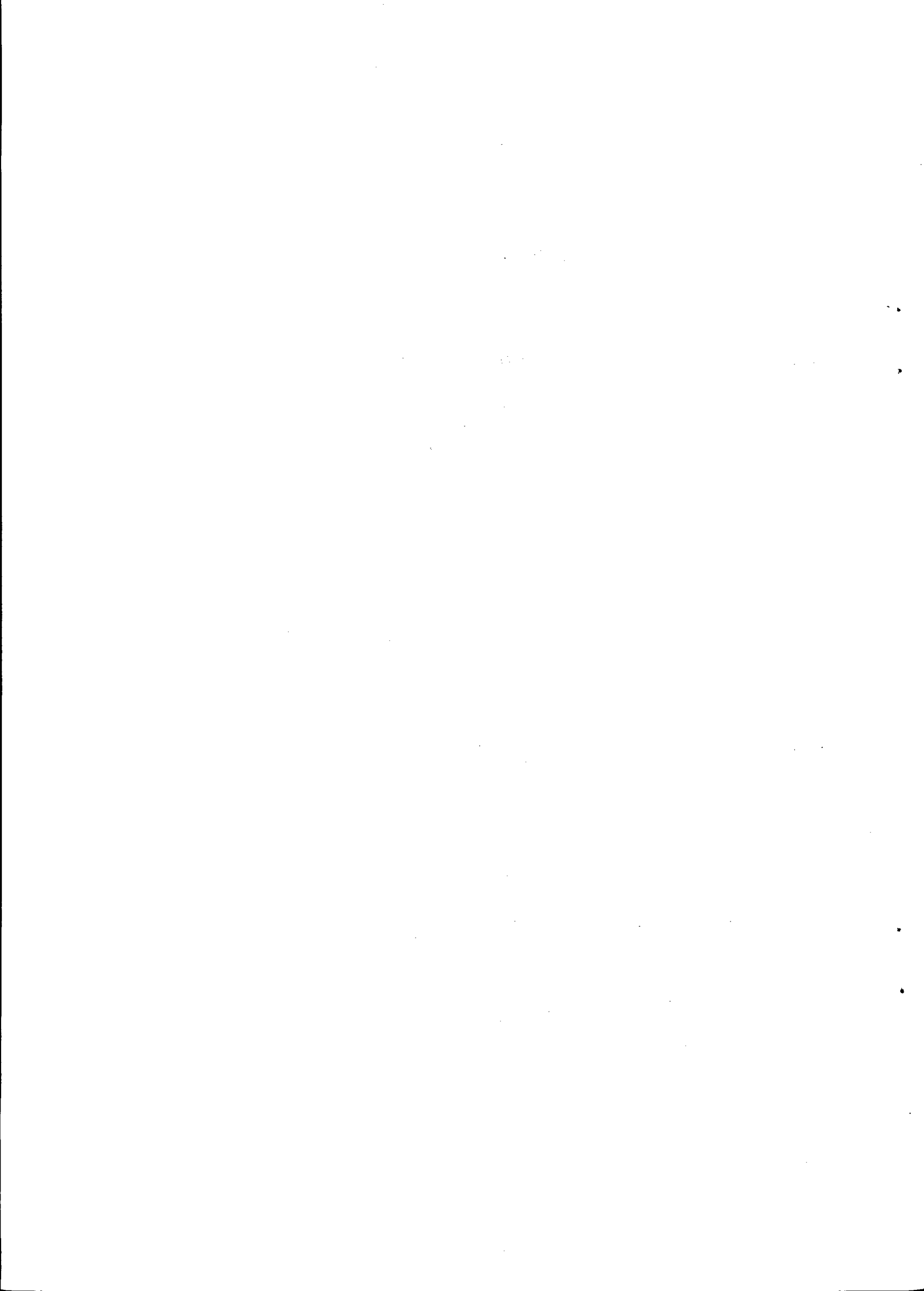
do mês, que vêm impulsionando o consumo popular de alimentos, eletroeletrônicos e material de construção, alterando o perfil de consumo da economia brasileira e garantindo uma inequívoca melhoria das condições de vida dos pobres.

## ANEXO

Considerando que na PME os índices de não-resposta para o item de renda são relativamente altos e apresentam elevada variância entre metrópoles e/ou na mesma metrópole em diferentes meses, optou-se por gerar o número de pobres aplicando a proporção derivada a partir da população para a qual se tem informação de renda ao total da população residente. Isto não afeta os indicadores de pobreza e evita a oscilação do número de pobres em função da frequência de não-resposta, independentemente do comportamento da renda, que é a variável relevante para o estudo. Os dados abaixo ilustram a variação do percentual de não-resposta da renda para os meses estudados.

São Paulo - setembro de 1990 - 1,51%  
- dezembro de 1995 - 7,98%

Salvador - julho de 1994 - 23,77%  
- janeiro de 1996 - 8,82%



## BIBLIOGRAFIA

- ALTIMIR, O. **La dimensión de la pobreza en America Latina**. Santiago do Chile, 1979 (Cuadernos de la Cepal).
- BARROS, R.P., MENDONÇA, R., NERI, M. **An evaluation of the measurement of income and expenditure in household surveys: POF versus PNAD**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995, mimeo.
- BOATENG, O. et alii. **A poverty profile for Ghana**. Washington, D.C.: The World Bank, 1988.
- FAVA, V.L. **Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil**. São Paulo: Fipe/USP, 1984.
- FERREIRA, A.H.B., DINIZ, C. C. **Convergência das rendas per capita estaduais no Brasil**. *Revista de Economia Política*, v.15, n.4 (60), p.38-56, out./dez. 1995.
- FOSTER, J., GREER, J., THORBECKE, E. **A class of decomposable poverty measures**. *Econometrica*, v.52, p.761-767, 1984.
- FOX, L. **Poverty alleviation in Brazil, 1970/1987**. Washington, D.C.: The World Bank, 1990, mimeo.
- HAGUENAARS, A. J. M. **The perception of poverty**. Amsterdã: North Holland, 1986.
- ILO. International Labour Office. **Employment, growth and basic needs: a one-world problem (the international basic needs strategy against chronic poverty)**, New York: Praeger, 223 p, 1977.
- INDEC. **La pobreza en la Argentina**. Buenos Aires, 1984.
- NERI, M., BARROS, R.P. **Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização**. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, fev. 1996 (Carta de Conjuntura, 62).
- ORSHANSKY, M. **Counting the poor: another look at the poverty profile**. *Social Security Bulletin*, v.28, 1965.
- PASTORE, J., ZYLBERTSTAJN, H., PAGOTO, C. **Mudança social e pobreza no Brasil: 1970/80**. São Paulo: Sipe, 1983.

ROCHA, S. Pobreza metropolitana e os ciclos de curto prazo: um balanço dos anos 80. **Boletim Conjuntural**, n.12, p.35-39, jan.1991.

———. Pobreza metropolitana no Brasil: parâmetros básicos e resultados empíricos. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 22, n. 3, p. 541-559, dez. 1992.

———. **Brazil in 1990: a poverty profile**. World Bank, 1993 (Relatório de Pesquisa).

———. Governabilidade e pobreza — o desafio dos números. In: VALLADADES, L., COELHO, M. **Governabilidade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.221-265, 1995.

ROCHA, S., VILLELA, R. Caracterização da subpopulação pobre metropolitana — resultados de uma análise multivariada. **Revista Brasileira de Economia**, v. 44, n.1, p.35-53, jan./mar. 1990.

ROWNTREE, B. S. **Poverty: a study of town life**. London: MacMillan, 1901.

THOMAS, V. **Differences in income, nutrition and poverty within Brazil**. Washington, D. C.: World Bank, 1982 (Staff Working Paper, 505).

TOLOSA, H. Pobreza no Brasil: uma avaliação dos anos 80. In: VELLOSO, J. P. R., ALBUQUERQUE, R.C. (orgs.) **Pobreza e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1993.

WORLD BANK. **Brazil - human resources special report**. Washington, D.C., 1979.

———. **Brazil a poverty assessment**. Washington, D.C., 1995 (World Bank. Report, 14.323-BR).

**PUBLICAÇÕES DO IPEA (TEXTOS)**  
**1995/1996**

**TEXTO PARA DISCUSSÃO - TD**

- Nº 362 - *Descentralização da Educação Básica: Lições da Experiência*, José Amaral Sobrinho, janeiro 1995, 14p.
- Nº 363 - *CAIC: Solução ou Problema?*, José Amaral Sobrinho e Marta Maria de Alencar Parente, janeiro 1995, 23p.
- Nº 364 - *Descentralização: Um Processo a Ser Acompanhado e Avaliado (ou do finja que eu finjo ao faça que nós vemos)*, Ronaldo Coutinho Garcia, janeiro 1995, 17p.
- Nº 365 - *Prioridades e Orientação dos Gastos Públicos em Agricultura no Brasil*, José Garcia Gasques e Carlos M. Villa Verde, janeiro 1995, 21p.
- Nº 366 - *Pobreza, Estrutura Familiar e Trabalho*, Ricardo Paes de Barros e Rosane Silva Pinto de Mendonça, fevereiro 1995, 27p.
- Nº 367 - *Intermodalidade, Intramodalidade e o Transporte de Longa Distância no Brasil*, Newton de Castro, fevereiro 1995, 21p.
- Nº 368 - *Governabilidade e Pobreza O Desafio dos Números*, Sonia Rocha, fevereiro 1995, 29p.
- Nº 369 - *Federalismo e Regionalização dos Recursos Públicos*, Lena Lavinias, Manoel Augusto Magina e Monica Couto e Silva, abril 1995, 20 p.
- Nº 370 - *Economia Política da Saúde: Uma Perspectiva Quantitativa*, Adriane Zaeyen e outros, abril 1995. (em elaboração)
- Nº 371 - *Os Incentivos Fiscais à Indústria da Zona Franca de Manaus: Uma Avaliação (Relatório Final)*, Flávio Tavares Lyra, maio 1995, 176 p.
- Nº 372 - *A Macroeconomia do Desenvolvimento Nordestino: 1960/1964*, Gustavo Maia Gomes e José Raimundo Vergolino, maio 1995, 109 p.
- Nº 373 - *Uma Nota Sobre o Regime de Origem no Mercosul*, Honorio Kume, maio 1995, 20 p.
- Nº 374 - *Interindustry Wage Differentials*, Armando Castelar Pinheiro e Lauro Ramos, maio 1995, 28 p.
- Nº 375 - *A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas*, Clélio Campolina Diniz, junho 1995, 39 p.
- Nº 376 - *Qualificação Profissional: Uma Proposta de Política Pública*, Carlos Alberto dos Santos Vieira e Édgard Luiz Gutierrez Alves, junho 1995, 25 p.
- Nº 377 - *Os Determinantes da Desigualdade no Brasil*, Ricardo P. de Barros e Rosane Silva P. de Mendonça, julho 1995, 63 p.
- Nº 378 - *Coping with Change in the Economy: New Technologies, Organisational Innovation and Economies of Scale and Scope in the Brazilian Engineering Industry*, Ruy de Quadros Carvalho, julho 1995, 60 p.
- Nº 379 - *Impactos da Seguridade Social: Alguns Aspectos Conceituais*, Francisco Eduardo B. de Oliveira e Kaizô I. Beltrão, agosto 1995, 17 p.
- Nº 380 - *Ajuste Macroeconômico e Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil: 1981/92*, André Urani, setembro 1995, 66 p.

- Nº 381 - *Uma Avaliação da Qualidade do Emprego no Brasil*, Ricardo Paes de Barros e Rosane Silva Pinto de Mendonça, setembro 1995, 75 p.
- Nº 382 - *A Tributação do Comércio Interestadual: ICMS Atual versus ICMS Partilhado*, Ricardo Varsano, setembro 1995, 14 p.
- Nº 383 - *Legislação de Direitos Compensatórios e sua Aplicação a Produtos Agrícolas no Brasil*, Guida Piani, setembro 1995, 30 p.
- Nº 384 - *Qualidade da Educação Infantil - Desenvolvimento Integral e Integrado*, Pedro Demo, outubro 1995, 45 p.
- Nº 385 - *Política de Concorrência: Tendências Recentes e o Estado da Arte no Brasil*, Lúcia Helena Salgado, outubro 1995, 58 p.
- Nº 386 - *Estratificação de Empresas: Histórico e Proposta de Classificação*, Paulo Tafner, outubro 1995, 57 p.
- Nº 387 - *Projeto Áridas - Nordeste: Uma Estratégia para Geração de Emprego e Renda*, Ricardo R. A. Lima, outubro 1995, 42 p.
- Nº 388 - *Ensino Superior: Uma Agenda para Repensar seu Desenvolvimento*, Raulino Tramontin, outubro 1995, 26 p.
- Nº 389 - *Financial Liberalization and the Role of the State in Financial Markets*, Heitor Almeida, novembro 1995, 16 p.
- Nº 390 - *Federalismo e Desenvolvimento Regional: Debates da Revisão Constitucional*, Lena Lavinias e Manoel A. Magina, novembro 1995, 30 p. + anexos.
- Nº 391 - *Cidadania e Direitos Humanos — sob o Olhar das Políticas Públicas*, Pedro Demo e Liliane Lúcia Nunes de Aranha Oliveira, novembro 1995, 91 p.
- Nº 392 - *Novas Fontes de Recursos, Propostas e Experiências de Financiamento Rural*, José Garcia Gasques e Carlos Monteiro Vila Verde, dezembro 1995, 38 p.
- Nº 393 - *O Modelo Monetário de Determinação da Taxa de Câmbio: Testes para o Brasil*, José W. Rossi, dezembro 1995, 28 p.
- Nº 394 - *Reforma da Previdência na Argentina*, Francisco de Oliveira Barreto, dezembro 1995, 14 p.
- Nº 395 - *Estoques Governamentais de Alimentos e Preços Públicos*, Guilherme C. Delgado, dezembro 1995, 34 p.
- Nº 396 - *O Processo da Reforma Tributária*, Fernando Rezende, janeiro 1996, 18 p.
- Nº 397 - *Gestão da Qualidade: evolução histórica, conceitos básicos e aplicação na educação*, Ose Mary Juliano Longo, janeiro 1996, 14 p.
- Nº 398 - *Poverty Studies in Brazil - A Review*, Sonia Rocha, janeiro 1996, 20 p.
- Nº 399 - *Proposta de um Imposto Ambiental Sobre os Combustíveis Líquidos no Brasil*, Ronaldo Seroa da Motta e Francisco Eduardo Mendes, janeiro 1996, 21 p.
- Nº 400 - *A Reestruturação Produtiva nas Empresas Brasileiras e seu Reflexo sobre a Força de Trabalho, por Gênero*, Virene Roxo Matesco e Lena Lavinias, janeiro 1996, 33 p.
- Nº 401 - *Política de Saúde no Brasil: Diagnóstico e Perspectivas*, Maria Elizabeth Barros e outros, fevereiro 1996, 123 p.
- Nº 402 - *ICMS: Evolução Recente e Guerra Fiscal*, Marcelo Piancastelli e Fernando Perobelli, fevereiro 1996, 31 p.
- Nº 403 - *Indicadores Ambientais no Brasil: Aspectos Ecológicos, de Eficiência e Distributivos*, Ronaldo Seroa da Motta, fevereiro 1996, 104 p.



- Nº 404 - *Capacidade Tributária dos Estados Brasileiros, 1970/90*, Eustáquio José Reis e Fernando A. Blanco, fevereiro 1996, 31 p.
- Nº 405 - *A Evolução do Sistema Tributário Brasileiro ao Longo do Século: Anotações e Reflexões para Futuras Reformas*, Ricardo Varsano, fevereiro 1996, 34 p.
- Nº 406 - *O Processo de Gasto Público do Programa do Livro Didático*, Jorge Abrahão de Castro, março 1996, 74 p.
- Nº 407 - *A Busca da Excelência nos Serviços Públicos: O Caso de Rondonópolis*, Rose Mary Juliano Longo e outros, março 1996, 21 p.
- Nº 408 - *A Gestão da Qualidade e a Excelência dos Serviços Educationais: Custos e Benefícios de sua Implantação*, Antonio Carlos da R. Xavier, março 1996, 17 p.
- Nº 409 - *A Experiência Recente da Política Industrial no Brasil: Uma Avaliação*, Eduardo Augusto Guimarães, abril 1996, 30 p.
- Nº 410 - *O Problema Habitacional no Brasil: Déficit, Financiamento e Perspectivas*, José Romeu de Vasconcelos e outros, abril 1996, 36 p.
- Nº 411 - *Maternidade Darcy Vargas: Excelência no Atendimento ao Binômio Mãe-Filho*, Fátima Marra e outros, abril 1996, 20 p.
- Nº 412 - *Tarifas, Preços e a Estrutura Industrial dos Insumos Agrícolas: O Caso dos Defensivos (Relatório Final)*, Jacob Frenkel, maio 1996, 120 p.
- Nº 413 - *A Política Industrial Brasileira: Mudanças e Perspectivas*, Flávio Tavares de Lyra, maio 1996, 21 p.
- Nº 414 - *Transformações no Padrão Locacional Industrial: o Caso de Santa Rita do Sapucaí, Fernando S. Perobelli*, maio 1996, 60 p.
- Nº 415 - *Estudo da Função Demanda por Serviços de Saneamento e Estudo da Tarificação do Consumo Residencial*, Thompson Almeida Andrade e outros, maio 1996, 61 p.
- Nº 416 - *Aspectos Econômicos Gestão Integrada de Resíduos Sólidos*, Larissa Steiner Chermont e outros, maio 1996, 26 p.
- Nº 417 - *De Ônus a Bônus: Política Governamental e Reformas Fiscais na Transformação do Estado Brasileiro*, Ricardo Varsano, maio 1996, 18 p.
- Nº 418 - *Trade Liberalization and Quality Innovation in Brazilian Autos*, Renato Fonseca, maio 1996, 32 p.
- Nº 419 - *A Demanda por Moeda no Brasil: 1974/95*, Octávio A. F. Tourinho, maio 1996, 19 p.
- Nº 420 - *Propostas de Reforma do Sistema Tributário Nacional*, Fernando Rezende, maio 1996, 26 p.
- Nº 421 - *Elementos para Discussão de uma Política Industrial par o Brasil*, Annibal V. Vilela e outros, maio 1966, 54 p.
- Nº 422 - *O Processo de Privatização das Empresas Brasileiras*, José Coelho Matos Filho e outros, maio 1996, 28 p.
- Nº 423 - *A Política de Importação no Plano Real e a Estrutura de Proteção Efetiva*, Honório Kume, maio 1996, 23 p.
- Nº 424 - *Produto Interno Bruto por Unidade da Federação*, Antonio Braz de Oliveira e Silva e outros, maio 1996, 105 p.
- Nº 425 - *O Perfil Regional do Orçamento Geral da União (OGU) 1995 — Lei nº 8 980/95 (versão preliminar)*, Antonio Carlos F. Galvão e outros, junho 1996, 64 p.

- Nº 426 - *Privatização e Qualidade dos Serviços Públicos de Infra-Estrutura: Controle Social e Participação do Consumidor*, Hamilton Nonato Marques, junho 1996, 41 p.
- Nº 427 - *Passos para o Gerenciamento Efetivo de Processos no Setor Público: Aplicações Práticas*, Fábio Ferreira Batista (coord.) e outros, junho 1996, 53 p.
- Nº 428 - *Ocupação e Escolaridade: Tendências Recentes na Grande São Paulo*, Edgard Luiz Gutierrez Alves e Fábio Veras Soares, junho 1996, 57 p.
- Nº 429 - *O Estímulo aos Investimentos Tecnológicos: O Impacto sobre as Empresas Brasileiras*, Virene Roxo Matesco e Paulo Tafner, julho 1996, 41 p.
- Nº 430 - *O Crescimento Econômico Ótimo em Economias com Inflação*, Octavio A. F. Tourinho, julho 1996, 20 p.
- Nº 431 - *Gasto Público Federal: Análise da Despesa Não-Financeira*, Marcelo Piancastelli e Francisco Periera, agosto 1996, 54 p.
- Nº 432 - *Impacto dos Financiamentos sobre o Crescimento das Importações Brasileiras: 1992/95*, Marcelo Nonnenberg, agosto 1996, 26 p.
- Nº 433 - *The Economics of Biodiversity in Brzil: The Case of Forest Conversion*, Ronaldo Seroa da Motta, agosto 1996, 24 p.
- Nº 434 - *Privatização do Sistema Ferroviário Brasileiro*, Sérgio de Azevedo Marques, agosto 1996, 67 p.
- Nº 435 - *O Financiamento do Banco Mundial ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP)*, Ricardo Pereira Soares, setembro 1996, 28 p.
- Nº 436 - *Reforma da Previdência: Modelo de Opções*, Francisco Eduardo Barreto de Oliveira e outros, setembro 1996, 16 p.
- Nº 437 - *A Regulamentação Ambiental: Instrumentos e Implementação*, Sergio Margulis, setembro 1996, 42 p.
- Nº 438 - *Tarifação Social no Consumo Residencial de Água*, Thompson A. Andrade e Waldir J. de Araújo Lobão, setembro 1996, 62 p.

## **RELATÓRIO INTERNO - RI**

**Coordenação de Política Macroeconômica - CPM**

**Coordenação de Difusão Técnica e Informações - CDI**

**Coordenação de Política Social - CPS**

**Coordenação de Política Setorial - CPSe**

**Diretoria Executiva**

**Diretoria de Pesquisa**

**Diretoria de Políticas Públicas**

## CADERNO DE ECONOMIA - CE

### DOCUMENTO DE POLÍTICA - DP

#### SÉRIE SEMINÁRIOS\*

A Série Seminários tem por objetivo divulgar trabalhos apresentados em seminários promovidos pela DIPES/IPEA.

Nº 01/95 - *Uma Avaliação da Qualidade do Emprego no Brasil*, Ricardo P. de Barros e Rosane Silva P. de Mendonça, março 1995.

Nº 02/95 - *The Contemporary Transformations of the Japanese Wage Labor Nexus in Historical Retrospect and Some International Comparisons*, Robert Boyer, abril 1995.

Nº 03/95 - *Merenda Escolar e Desigualdade: O Caso de São Paulo*, André Cezar Medici, abril 1995.

Nº 04/95 - *Regulation and Flexibility of the Labor Market in Brazil*, Edward J. Amadeo e José Márcio Camargo, abril 1995.

Nº 05/95 - *A Administração Pública como Empregadora: Uma Avaliação da Década de 80*, Danielle Carusi Machado e outros, abril 1995.

Nº 06/95 - *Mercado de Trabalho Não-Regulamentado: Participação Relativa e Diferenciais de Salários*, Reynaldo Fernandes, maio 1995.

Nº 07/95 - *Relatório sobre o desenvolvimento Social na Sociedade Brasileira*, Amélia Cohn, maio 1995.

Nº 08/95 - *Water Quality and Policy in Brazil: Estimates of Health Costs Associated to Sanitation Services and Simulation of Pollution Taxes Applied in River Basins*, Ronaldo Seroa da Motta, julho 1995.

Nº 09/95 - *Pigou, Dalton and the Principle of Transfers: an Experimental Investigation*, Yoram Amiel e Frank. A. Cowell, agosto 1995.

Nº 10/95 - *Labor Market Institutions and Labor Market Performance*, Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça, agosto 1995.

Nº 11/95 - *Estruturas de Negociação Salarial e Desempenho Macroeconômico*, José Carlos dos Reis Carvalho, setembro 1995.

Nº 12/95 - *Análise Estrutural do Emprego e dos Rendimentos na Indústria de Transformação de São Paulo*, Márcia Helena de Lima, setembro 1995.

Nº 13/95 - *Rigidezes de Práticas de Pagamentos*, Marcelo Neri, setembro 1995.

Nº 14/95 - *A Reestruturação Industrial e a Natureza do Trabalho Capitalista*, Liana Maria da Frota Carleial, setembro 1995.

Nº 15/95 - *Mudanças na Estrutura Ocupacional na Década de 80*, Ana Flávia Machado e Mônica Viegas Andrade, outubro 1995.

Nº 16/95 - *Ambiente Econômico e Resposta Empresarial: O Ajuste da Indústria Brasileira nos Anos 90*, Paulo Fernando Fleury, novembro 1995.

N 17/95 - *Distribuição de Renda e Pobreza nos Anos 90: Uma Análise da Situação na Região Metropolitana de São Paulo*, Paulo de Martino Jannuzzi e Sandra Márcia Chagas Brandão, novembro 1995.

Nº 18/95 - *Terceriarização e Qualidade do Emprego: Uma Análise da Região Metropolitana de São Paulo no Início dos Anos 90*, Valéria Pero, novembro 1995.

Nº 19/95 - *Qualificação, Tecnologia e Salário na Teoria Econômica*, Victor Hugo Klagsbrunn, dezembro 1995.

Nº 01/96 - *A Guide to Living Standards Measurement Study Surveys and Their Data Sets*, Margaret E. Grosh e Paul Glewwe, março 1996.

Nº 02/96 - *Modelos de Geração de Emprego Aplicados à Economia Brasileira - 1985/95*, Sheila Najberg e Solange Paiva Vieira, maio 1995.

Nº 03/96 - *O Impacto da Abertura Comercial sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro*, Ricardo Paes de Barros e outros, junho 1996.

Nº 04/96 - *Gastos Sociais e Pobreza no Brasil*, Banco Mundial e Divisão de Operações de Recursos Humanos, julho 1996.

Nº 05/96 - *A Desigualdade da Pobreza: Estratégias Ocupacionais e Diferenciais por Gênero*, Ricardo Paes de Barros e outros, julho 1996.

Nº 06/96 - *Renda Mínima: Uma Avaliação das Propostas em Debate no Brasil*, André Urani, julho 1996.

Nº 07/96 - *Bem-Estar, Pobreza e Desigualdade de Renda: Uma Avaliação da Evolução Histórica e das Disparidades Regionais*, Ricardo Paes de Barros e outros, julho 1996.

Nº 08/96 - *Crescimento Endógeno, Distribuição de Renda e Política Fiscal: Uma análise Cross-Section para os Estados Brasileiros*, Victor Duarte Lledó, julho 1996.

Nº 09/96 - *Desemprego Regional no Brasil: Uma Abordagem Empírica*, Carlos Henrique Corseuil e outros, julho 1996.

Nº 10/96 - *Social Returns to Investments in School Quality in Brazil*, David Lam e outros, agosto 1996.

Nº 11/96 - *Effects of Schooling on Fertility and Investment in Children, with Evidence from Brazil*, David Lam, julho 1996.

Nº 12 - *Roads to Equality Wealth Distribution Dynamics With Public-Private Capital Complementary*, Francisco H. G. Ferreira, agosto 1996.

Nº 13 - *El Régimen de Seguridad Social en Cuba: Problemas y Alternativas de Solución*, Maria Cristina Sabourin Jovel, agosto de 1996.

Nº 14 - *A Estrutura do Desemprego no Brasil*, Ricardo Paes de Barros e outros, agosto 1996.

Nº 15 - *O Crescimento dos Serviços no Brasil: Considerações Preliminares*,

Nº 17 - *Renda e Pobreza: os Impactos do Plano Real*, Sônia Rocha, setembro 1996.

Nº 18 - *Growing Apart: Inequality and Poverty Trends in Brazil in the 1980s*, Francisco H. G. Ferreira e Julia A. Litchfield, setembro 1996.

Nº 19 - *Determinantes da Pobreza no Brasil*, Ricardo Paes de Barros e outros, setembro 1996.

Nº 20 - *Os Determinantes da Desigualdade no Brasil*, Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça, setembro 1996.

Nº 21 - *A Relação entre Educação e Salários no Brasil*, Lauro Ramos e Maria Lucia Vieira, setembro 1996.

Nº 23 - *Determinantes da Evolução da Estrutura do Desemprego no Brasil: 1986-1985*, Carlos Henrique Corseuil e outros, outubro 1996.

Nº 24 - *Heterogeneidade e Desigualdade Salarial no Setor de Serviços*, Mônica Viegas Andrade e outros, outubro 1996.

\*Anteriormente chamada de "Seminários sobre estudos sociais e do trabalho".

**SETOR DE DOCUMENTAÇÃO**

330.908 ROCHA, Sonia. - Renda e pobreza:  
I59 os impactos do Plano Real  
TDI 439 Tombo: 22106-6

**IPEA-21**